

Noticiário Geral

ESTADO DE SÃO PAULO

Brasília

distante do plano

Com problemas de transportes, moradia, educação, saúde, violência, em níveis mais graves dos que se verificam nas grandes cidades, a Brasília real distancia-se cada vez mais da Brasília planejada.

O plano, o sonho: Concepção fiel da Carta de Atenas de 1933, Brasília é a maior cidade, e a única capital do mundo, a aplicar integralmente os princípios preconizados pelo congresso de arquitetos, que teve como destaque Le Corbusier. A Carta de Atenas representa o pensamento radical de uma corrente de arquitetos e urbanistas que há anos estavam incomodados com o caos das cidades que cresciam desordenadamente. Seus princípios básicos, que Brasília retrata, são quatro: construção sobre pilotis para devolver o chão aos pedestres, áreas verdes em grande quantidade e distribuídas em todo o complexo, padronização da habitação tanto em altura quanto em tamanho, e aspecto funcional separando setores específicos para o comércio, indústria, moradia e lazer.

As recomendações da Carta de Atenas encontraram no Brasil dois jovens seguidores, o urbanista Lúcio Costa, que concluiria o curso em 1930 e era professor no Rio de Janeiro e o arquiteto Oscar Niemeyer, que se formaria em 1934, na mesma Universidade. Maior peso teve a idéia, com a visita Le Corbusier ao Brasil em 1936, fazendo com esse grupo seu segundo contato, pois tinha estado no País em 1929. A aproximação de Lúcio Costa e Niemeyer com Le Corbusier ajudou na assimilação da nova concepção das cidades, firmada na Carta de Atenas e foi decisiva para a projeção de Brasília e sua concretização em 1960. O sonho de uma cidade com 500 mil habitantes no ano 2.000 foi projetado assim: um lago abraçando-a e oferecendo quase as delícias do mar a mil metros de altitude, avenidas amplas com fácil acesso da casa ao trabalho, comércio, clubes, igrejas e aeroporto, uma rede de saúde e de escolas ao alcance de poucos passos; distribuída ao longo das superquadras; abundantes áreas verdes e de lazer e a comodidade de apartamentos e casas amplos. Fora, a indústria, o comércio, os bancos e duas cidades para os poucos assalariados que deveriam cuidar da limpeza, segurança e de algumas cozinhas da cidade-modelo.

Cidade grande

Vinte e seis anos depois, a realidade agride o plano: Brasília tem 1,6 milhão de habitantes dentro do Distrito Federal, mas cerca de 450 mil que vivem no "entorno" em outras 12 cidades de Minas Gerais e Goiás, limitrofes ao DF, que buscam saúde, emprego, educação, comércio e, até segurança na Capital Federal. A realidade revelou um crescimento populacional nunca pensado pelos criadores da cidade, de 14,3% entre 1960-70 e hoje ainda sustenta um índice de 7% ao ano (enquanto São Paulo e Rio crescem, no máximo, 4%). O resultado é um contingente de extrema miséria que perambula pela cidade pedindo esmola, comida, roubando ou assaltando e refazendo a face da cidade funcional, dinâmica e tranquila.

O "entorno" de Brasília é hoje uma das principais preocupações do governador José Aparecido, porque as cidades não têm capacidade de gerar empregos suficientes e dar a assistência mínima para os seus habitantes. O problema se originou pelo efeito polarizador da Capital e pelo desvio das aplicações do Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Grande Distrito Federal), criado em 1964, para desenvolver a região. Os recursos desse Fundo, que no orçamento de 1986 somam Cr\$ 520 milhões (20% da Receita Tributária do DF - ICM, ISS e IPTU) foram, desde o começo, desviados para o Distrito Federal e assim serão este ano também, deixando no abandono as cidades do "entorno". O quadro, segundo o secretário de governo do GDF, José Carlos Melo, é grave e cita como exemplo a cidade de Luziânia que, em 1980, tinha 80 mil habitantes, e hoje ameaça ser uma segunda Baixada Fluminense.

Os serviços

O uso dos serviços é intenso e a área de saúde é uma das mais penalizadas. Cinquenta por cento dos leitos do Hospital de Base, por exemplo, são utilizados pelos moradores dessas cidades. Num segundo raio, servem-se no Distrito Federal também os habitantes de outros 94 municípios que somam uma população de 2,5 milhões de habitantes. Embora não seja tão constante, essa população procura mais Brasília para o ensino de terceiro grau, comércio, bancos, saúde, porque fica mais próxima do que suas capitais: Goiânia, Belo Horizonte e Salvador.

O atendimento à saúde da população do Distrito Federal chegou ao caos e as autoridades da área se defrontam com problemas concretos como a concentração dos leitos no Plano Piloto. De um total de 5.018 leitos, o Plano Piloto tem 3.247 para uma população de 530 mil habitantes, enquanto as oito cidades satélites têm 1.771 leitos para 1,2 milhão de habitantes. O problema mais sério, ainda, se concentra em Ceilândia, a mais carente e populosa das cidades satélites, que tem 159 leitos para 421 mil habitantes. A má distribuição reconhecida pelas autoridades e a má administração do setor, questionada pelas mesmas, resulta num índice de quatro contutas/ano por habitante (o dobro do parâmetro da Organização Mundial de Saúde), o que revela que o atendimento não gera o efeito proposto. E que a rede de esgoto inexiste para a maioria da população e as estatísticas revelam que 300 mil não recebem nenhum tipo de água tratada.

No complexo de carências do Distrito Federal, aparece também como alarmante para as autoridades do setor educacional, a evasão escolar. No primeiro grau, a evasão medida em 1985 foi de 50%, sendo que, na 1ª série, 24,5% não concluem o primeiro ano e na 5ª série, 29,3% desistem antes de completar o período letivo. O excesso de matrículas no início de cada ano, levou Brasília a instituir o terceiro turno, diminuindo o período de permanência da criança na escola e prejudicando também o conteúdo das disciplinas. O problema escolar agrava-se, ainda, quando os dados do IBGE revelam que 50% da população do Distrito Federal tem menos de 20 anos.